

A carência desesperada de um modelo identificatório: interferências na técnica analítica

Cassandra Pereira França¹
Renan Lacerda Lima²

- Introdução -

A teoria e a prática psicanalítica apontam que as características psíquicas de cada indivíduo são fortemente determinadas pelos modelos de identificação a que tem acesso. Este mecanismo é especialmente intenso na infância e na adolescência, períodos em que a personalidade está em franca formação. É quando o indivíduo está mais suscetível à influência externa, particularmente daquelas figuras a quem atribui alguma importância e de quem assimila, consciente ou inconscientemente, certas características.

Aqueles que trabalham com a clínica sabem da importância da identificação também no contexto analítico. A forma com que se dá este processo entre analista e analisando definirá tanto a qualidade do andamento quanto as possibilidades de sucesso do tratamento. No entanto, as tentativas de utilizar o processo identificatório como ferramenta analítica geraram, ao longo da história da psicanálise, profundas discussões e críticas.

Consideramos importantes as advertências feitas por estas críticas pois sabemos que a transferência, sem a qual não há processo identificatório, pode assumir uma infinidade de formas. Assim, apostar exageradamente no fortalecimento da identificação como via preferencial para o trabalho analítico pode, sem dúvida, levar a impasses tanto do ponto de vista prático quanto ético. Empecilhos práticos surgem, por exemplo, nos casos em que a identificação (muitas vezes encorajada pelo analista) é tão maciça que o analisando parece empenhar-se em copiar o analista. Um tratamento assim orientado

-
- 1 PhD em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Prof. Adjunta do Depto. De Psicologia da UFMG. Coordenadora do Projeto CAVAS (Pesquisa e extensão em atendimento clínico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual) da UFMG.
Endereço: Av. André Cavalcante, 136/701 – Gutierrez – Belo Horizonte – MG – CEP: 30430-110
E-mail: cassandrapfranca@gmail.com
 - 2 Técnico do Projeto CAVAS da UFMG. Bolsista bolsista de pesquisa e extensão BIC/FAPEMIG
Endereço: R. Flor de Fogo 65, 804 B6 – Liberdade – Belo Horizonte – MG – CEP: 31270-217
Telefone: 3427-6958
E-mail: renin_lacerda@hotmail.com

não nos parece de fato levar autonomia ao sujeito, além de poder facilmente resvalar para uma idealização da figura do analista e converter-se em persecutoriedade. Quanto às implicações éticas, perguntamo-nos ainda até que ponto o analista pode julgar-se como modelo identificatório mais adequado do que qualquer outro e, mais ainda, garantir-se a si mesmo como modelo curativo.

No entanto, mesmo os críticos mais ferrenhos admitem a importância dos fenômenos identificatórios na dinâmica da análise. Não é algo sobre o qual possamos ter pleno controle a ponto de isolá-lo da experiência analítica, como poderia ser conveniente. Mas já que ele existe, quer queiramos ou não, como devemos manejá-lo?

- Especificidades de crianças carentes de modelo identificatório -

Se a identificação de que aqui falamos se evidencia recorrentemente na clínica com adultos, quando por força da transferência o analisando assume posturas, gestos, expressões e mesmo afetos que enxerga em seu analista, podemos dizer que o fenômeno se torna ainda mais explícito na clínica com crianças. Estas assumem não apenas características isoladas do analista, mas freqüentemente fazem um movimento para introjetá-lo, confundindo-o muitas vezes consigo próprias. Lembro-me de uma ocasião ilustrativa deste fenômeno, cujo princípio se repetiu outras vezes em matizes diferentes durante o tratamento, em que um pequeno cliente começou a desenhar a figura do analista e, ao final do desenho, já era ele próprio quem estava retratado.

No contexto ainda mais específico da psicanálise com crianças que sofreram abuso sexual, constatamos que a invasão de um outro que perverte a lei em nome do seu prazer, além de dificultar que o psiquismo infantil se desenvolva emocionalmente e intelectualmente de forma adequada, gera uma enorme fratura na construção dos modelos identificatórios. Se a identificação já é um processo que carrega em si um caráter violento, afinal é no confronto que a criança vai abrir mão do seu desejo para adaptá-lo ao do outro, o abuso sexual é ainda muito mais potencialmente traumático por injetar, ao estilo perverso, ignorando qualquer barreira egóica da vítima, uma sexualidade que sabemos, é sempre traumática.

A internalização de uma relação com o adulto em que a criança perceba possuir um espaço que lhe pareça impenetrável – o espaço da fantasia – é essencial para o seu desenvolvimento. É lá, no limite entre o interno e o externo, que a criança vai

experimentar e trabalhar questões como as que dizem respeito à sua origem, ao seu desejo, ao seu lugar no mundo e à morte, questões vitais e delicadas com que todos precisamos lidar, ainda que inconscientemente, para garantir um desenvolvimento psíquico fluido. O abuso parece querer dizer à criança que não há espaço impenetrável. Os limites do corpo, inconfundíveis nesta idade com os limites psíquicos, são como que vazados pelo desejo desse outro transgressor. A criança introjeta o abusador para, em fantasia, ganhar novamente algum controle sobre ele.

Este “fragmento” do abusador vai ser, naturalmente, coberto por outras defesas egóicas ao longo da vida da vítima, mas conservará, geralmente, seu caráter perverso. Esta é uma pista que talvez nos permita esclarecer porque constatamos um número relativamente grande de vítimas que se transforma em adultos envolvidos, direta ou indiretamente, com novas cenas de violência sexual.

O conteúdo desta forma “injetado”, as percepções e implicações que o cercam, estão muito além da capacidade de compreensão da criança, o que gera nela uma angústia contra a qual não possui ferramentas para lidar. O resultado é a obstrução do fluxo do seu desenvolvimento psíquico, o que pode gerar uma infinidade de sintomas.

Ao psicanalista de crianças cabe resgatar esse psiquismo marcado pela invasão e, não raramente, pela hostilidade. Mas como fazê-lo sem perpetrar outro movimento invasivo?

Mesmo concordando que adotar o papel de modelo de identificação não deva ser a única âncora do trabalho analítico, não podemos deixar de considerar que o processo identificatório aí se encontra a todo vapor e que, tanto quanto fez parte do processo de obstrução das vias do desenvolvimento psíquico, agora bloqueadas pelo conteúdo traumático, deverá participar também da sua dissolução.

Quando iniciada a análise da criança ou adolescente vitimado, a atenção do analista à escuta desse psiquismo logo faz com que ele tome para o cliente o lugar de mais na série de modelos identificatórios. Se a este quadro se soma um contexto (infelizmente, não incomum) em que o acesso a modelos de identificação apropriados é dificultado, como acontece com crianças abandonadas ou negligenciadas, o analista será muitas vezes colocado no lugar de salvador do caos interno, a quem a criança endereçará toda a sua necessidade de amor.

Apesar da demanda aparentemente impossível (como é toda demanda em psicanálise), é preciso acolher esta criança e, muitas vezes, suportar a forma com que ela lida com os seus modelos identificatórios e seus objetos em geral, forma esta

marcada profundamente, entre outras coisas, pelo trauma do abuso. Suportar a tentativa por parte da criança da criação de um tipo de laço intolerável também para analista, em que não há sequer vestígios de recalque. Acolher não quer dizer necessariamente responder de um lugar pré-determinado pela criança, mas nesse caso fazer com que a experiência deixe de ser um “repetir o mesmo” e se torne um “repetir diferente”.

- Conclusão -

Sem querer descrever qualquer tipo de fórmula, pensamos que um modelo compatível com a função do analista deverá necessariamente opor-se ao anterior, causador do trauma. Em vez de invadir, este novo modelo, que poderíamos chamar de “respeitoso” ou mesmo “afetuoso”, deverá permitir à criança a criação de um espaço para encenar as suas fantasias, experimentá-las em um “território neutro” e submetê-las à realidade. Mais ainda, o analista precisará emprestar ao pequeno cliente o seu próprio inconsciente e a sua própria experiência de vida, através das suas reações e intervenções.

Esperaremos com isso, que a criança consiga, tão logo seu desenvolvimento psíquico tenha sido minimamente desobstruído, fazer girar a roda da sua subjetividade, desenvolvendo em si mesma a capacidade de elaborar as suas questões. Tornar-se-á assim progressivamente mais autônoma para, futuramente, buscar novos modelos de identificação, quem sabe mais apropriados à sua singularidade do que o próprio modelo oferecido pelo psicanalista.